

## ENTREVISTA

Em meio à azáfama da construção de um país livre da miséria e da fome, o Ministro Patrus Ananias, Vice-Diretor da Escola Superior Dom Helder Câmara, encontrou um tempo em sua apertada agenda para responder aos questionamentos de **VEREDAS DO DIREITO**, que refletem, em certa medida, a perplexidade de todos nós: o que falta a este país para que ele possa verdadeiramente “dar certo”? Certamente, mais pessoas como nosso entrevistado. Com vocês, Patrus Ananias, Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por ele mesmo.

**VEREDAS DO DIREITO** - Qual a origem de Patrus Ananias? A família, a formação, os ideais... Conte-nos um pouco de sua história de vida. Quem é Patrus Ananias, segundo ele mesmo?

**Ministro Patrus Ananias** - A origem do meu nome é árabe, libanesa, vem de Boutros, que quer dizer Pedro. Meu avô materno, quando veio para o Brasil na juventude, aportuguesou o nome. O diálogo possível dele com o escrivão foi Patrus. Daí surgiu o nome Patrus, que é também sobrenome da minha família em Belo Horizonte. É uma tradição oriental no Líbano os pais colocarem como sobrenome nos filhos o prenome do pai. Em homenagem ao meu avô, recebi o nome de Patrus e fiquei com o sobrenome completo do meu pai, Ananias de Sousa, que tem uma outra procedência. As minhas avós maternas têm o mesmo tronco familiar e descendem de imigrantes portugueses que vieram para o Brasil no século XVIII e se instalaram na região de Barbacena, Ressaquinha, Carandaí, Capela Nova, Senhora dos Remédios. Ali se estabeleceram como pequenos agricultores. Minha família emerge, do ponto de vista dos estudos e de possibilidades maiores, com meus dois avós. Meu avô materno, de origem libanesa, e meu avô paterno que, pelas poucas indicações que temos, é de origem francesa e africana. Estes dois homens vieram de condições sociais mais pobres, mas possibilitaram que seus filhos e netos tivessem mais possibilidades de estudos. Meu avô materno prosperou com seus negócios; em 1938 veio para Belo Horizonte e se estabeleceu na cidade com 16 filhos.

Nasci em Bocaiúva porque meus pais foram para lá; meu pai como sócio de uma fazenda que meu avô materno, o velho Patrus, comprou em Bocaiúva,

e lá meus pais se estabeleceram. Lá eu nasci e até os quatro anos vivi literalmente na roça. Nasci pelas mãos de uma parteira. Dos quatro aos seis anos minha família esteve em Belo Horizonte, e depois voltamos para o Norte de Minas para morar em Bocaiúva, com idas permanentes à fazenda, à roça, o que foi sempre uma referência na minha formação, o convívio com trabalhadores rurais, pequenos produtores, com as comunidades próximas à fazenda, Sentinela, Oncinha, Jenipapeiro, enfim, o convívio com a realidade brasileira e com o sertão de Minas. Depois estive um período em Belo Horizonte, quando vim fazer o 1º ano Científico e não me adaptei; voltei a Bocaiúva e fiz o ensino médio. Vim pra Belo Horizonte em 1972, quando passei no vestibular para a Faculdade de Direito da UFMG.

**Veredas** – Por que a política?

**Ministro Patrus Ananias** - A política entrou na minha vida de uma maneira muito espontânea. De um lado essa dimensão, o contato direto com a pobreza, trabalhadores rurais, pequenos produtores. Lembro que tinha dois colegas, o Fernando e o Gilberto, que andavam descalços, e me recordo que concluímos o antigo curso primário, eles não puderam prosseguir os estudos por razões econômicas, e eram dois bons alunos. Isto me marcou muito e eu me fazia uma pergunta: por que eu posso e eles não? Esta pergunta eu me fiz quatro anos depois, quando concluí a quarta série ginásial e um colega que me acompanhava desde o primário, o primeiro aluno da turma, o José Levi de Carvalho, também não pôde prosseguir os estudos; teve que trabalhar para sustentar a família. E também minha formação cristã, minha infância coincidiu com um momento forte da Igreja, o período do papa João XXIII, um período iluminado, eu achava o papa muito simpático. Veio o período do Concílio Ecumênico, o Vaticano II, eu comecei a me interessar, dentro de uma família católica, eu comecei a ler as encíclicas do papa João XXIII, a *Mater et Magistra*, a *Pacem in Terris*, acompanhei o Concílio, começaram a surgir personalidades que me definiram profundamente, como dom Helder Câmara, Alceu Amoroso Lima, o professor Edgar da Matta Machado. Com 13 anos eu me colocava numa linha de compromisso com os valores éticos do cristianismo, com a questão democrática, com a questão social. Aos 14 anos fui eleito presidente do Diretório Estudantil de Bocaiúva e, ao mesmo tempo, secretário da Entidade Beneficente Operária, que congregava trabalhadores, principalmente ferroviários, em Bocaiúva. No ensino médio voltei a ser presidente do diretório, com participação grande nos movimentos de Igreja, Pastoral da Juventude, Comunidades Eclesiais de Base (Cebes). Quando

vim para Belo Horizonte, em 1972, já tinha consciência política razoavelmente bem formada, já estava consolidado na militância, nas lutas democráticas, sociais, na resistência à ditadura. Em BH, aprofundei minha vinculação com os movimentos ligados à Igreja mais comprometidos com os pobres, as Cebs, na periferia de BH, da Região Metropolitana. Começo a participar de um grande movimento liderado por dom Helder e dom Paulo Evaristo Arns, dom José Maria Pires, dom Pedro Casaldáliga, dom Frágoso, além de muitos leigos, o advogado trabalhista de São Paulo, Mário Carvalho de Jesus, que foi o Movimento de Justiça e Não Violência, um período ainda de muito autoritarismo, início dos anos 70, com o Ato Institucional 5; começo a participar do Movimento Estudantil. Constituímos, na Faculdade de Direito, mais do que uma chapa, um movimento intitulado Habeas Corpus, porque na vigência da Lei de Segurança Nacional e dos atos institucionais, especialmente o de número 5, as pessoas processadas pelos chamados crimes políticos não eram protegidas pelo instituto do *habeas corpus*. Além da participação no movimento estudantil, fui vice-presidente do Centro Acadêmico Afonso Pena, representante dos estudantes da Faculdade de Direito junto ao Diretório Central dos Estudantes (DCE) e junto ao colegiado da faculdade. Neste período, tive uma experiência muito rica, aparentemente contraditória, mas que foi muito enriquecedora e muito possibilitadora, que foi ter trabalhado na Secretaria de Estado da Educação, sob a liderança do então professor, e posteriormente desembargador presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, José Fernandes Filho. Eu era muito jovem e ele me convidou para ser seu assessor parlamentar; ocupei interinamente a chefia de gabinete. Foi uma experiência muito interessante porque, no governo de Aureliano Chaves, ainda no período do autoritarismo, constituímos na Secretaria de Educação um grupo muito independente, nenhum de nós era filiado à Arena e éramos pessoas com trajetória de lutas democráticas, como o próprio professor José Fernandes, o secretário-adjunto, professor Hugo Pereira do Amaral, meu fraterno e grande amigo até hoje, antigo militante da Juventude Universitária Católica, da Ação Popular, uma pessoa que foi e continua sendo comprometido com os mais vigorosos princípios éticos, democráticos e sociais, numa linha de compromisso com a emancipação do povo brasileiro e de inclusão dos pobres; e várias outras pessoas notáveis, como o ex-bispo de Itabira, Marcos Noronha; o escritor Olavo Romano, o jornalista Paulo Lott, o arquiteto e urbanista Alípio Castelo Branco, o professor Fernando Dias Costa, o chefe de gabinete, dr. Luciano Muller Ferreira da Silva, dona Dalva Cifuentes, dona Vicentina, enfim, foi um período em que

pude militar ativamente na oposição, no movimento estudantil, no Movimento de Justiça e Não Violência, nos movimentos da igreja e, ao mesmo tempo, tendo importantíssima experiência político-administrativa, que me marcou muito, inclusive no campo da gestão, da competência, do compromisso com a concretização de princípios e idéias, o encontro das idéias com as possibilidades e os limites da realidade. Aprendi muito em termos de princípios éticos, critérios e, sobretudo, eficácia na gestão da implementação das políticas públicas. Depois assumi a advocacia, fui advogado de sindicato de trabalhadores, prestei serviços e assessoriei movimentos sociais, associações comunitárias, movimentos ligados às igrejas cristãs, especialmente à Igreja Católica à qual tenho uma vinculação mais histórica.

**Veredas** - É solitário o exercício do poder? Como se sente nele um professor universitário?

**Ministro Patrus Ananias** - Costumo dizer que tenho dois amores nesta dimensão: o compromisso com o Brasil, com o povo brasileiro, com valores éticos que incidem diretamente na política, como a justiça social, a liberdade, a democracia no sentido mais profundo da palavra, na perspectiva da democracia participativa, a construção de sujeitos; essa questão dos pobres, a emancipação dos pobres, como eu disse ao longo desta entrevista, minha participação mais ativa nos movimentos sociais e a leitura constante de pessoas que já mencionei apontando para esta perspectiva da ética vinculada, sobretudo à libertação, à emancipação e à inclusão dos pobres, dos oprimidos e dos excluídos. Mas há outra dimensão também cada vez mais forte que é a dimensão do estudo, da leitura mais metódica, da reflexão, da contemplação, da sala de aula. Eu efetivamente gosto de ensinar, de compartilhar o conhecimento; eu sempre brincava com meus alunos: vocês podem não gostar das minhas aulas, mas eu venho dá-las com muito prazer e com muita motivação. Penso que minha vida vai ser sempre assim, uma busca de encontro entre essas duas dimensões. Às vezes, priorizando uma, como agora estou na vida pública, às vezes priorizando a outra, como foi o período que vivi depois que saí da Prefeitura de Belo Horizonte, em 1997, até minha eleição para deputado federal em 2002.

**Veredas** - Qual sua maior frustração e qual sua maior alegria?

**Ministro Patrus Ananias** - Difícil responder... Tive grandes momentos de alegria. Quando passei no vestibular de Direito fiquei muito feliz! Passei logo na primeira vez, vim do interior, sem fazer cursinho, passei em segundo

lugar. Quando eu conheci a Vera (Victor, esposa); mais recentemente, depois da experiência dos meus filhos, a experiência do nascimento do meu neto e da minha neta; quando o presidente Lula me convidou para ser ministro - um desafio - me senti muito honrado e muito sensibilizado; a votação expressiva que tive para deputado federal em 2002, especialmente a votação que tive em Belo Horizonte; a minha eleição para prefeito de Belo Horizonte em 1992; a carta que recebi aos 17 anos, uma longa carta, um depoimento da maior importância histórica do Alceu Amoroso Lima. Tristezas: a perda de alguns amigos muito queridos, do meu pai, da minha irmã e de alguns irmãos que a vida me deu. Tristeza também diante da insensatez humana, que se manifesta na ambição desmedida, no egoísmo sem limites, que levam à guerra, à violência, à fome, à miséria, enfim, poderíamos estar vivendo num mundo mais razoável e com isto estarmos desfrutando de outras dimensões mais prazerosas da vida.

**Veredas** - Se você tivesse uma espécie de “lâmpada mágica”, como aquela da fábula, sendo-lhe concedidos três desejos, o que você pediria?

**Ministro Patrus Ananias** - Primeiro, que as pessoas tomassem consciência e assumíssemos este pacto: a vida humana é o valor mais importante. É o valor sagrado, coesionador das sociedades politicamente organizadas e, portanto, fazer da vida humana o grande valor de fato. O compromisso de que ninguém deve morrer antes da hora, precoce, prematura e violentamente, as mortes estúpidas no trânsito, morrer de fome e por falta de cuidados médicos básicos, por falta de moradia, de trabalho. Este seria o nosso ponto de partida para que, a partir daí, pudéssemos inclusive expandir mais os nossos desejos. O segundo seria o desejo de uma sociedade mais pacificada, seria a paz. Que os seres humanos pudessem processar os conflitos que existem, que são saudáveis, eles existem em nós mesmos, mas sobretudo que os conflitos socioeconômicos e políticos pudessem ser explicitados e processados de uma forma mais ética, democrática, usando a expressão do saudoso professor Paulo Freire, de uma forma mais dialogal, que as pessoas desenvolvessem mais sua capacidade de dialogar, de uma forma amorosa, de ouvir, de escutar, de compartilhar; que tomássemos mais consciência dessa dimensão fundamental de que somos seres interdependentes. Ninguém é por si. O segundo ponto seria, então, a dimensão da superação do individualismo. O terceiro ponto seria uma sociedade que conciliasse os direitos, o que nós chamamos de direitos e garantias individuais; eu prefiro considerar as possibilidades de desenvolvimento da pessoa humana, uma sociedade que

respeite as diferenças, o multiculturalismo, o pluralismo, que respeite e promova a dignidade de cada ser humano, mas que coloque também com muito vigor nesta dialética as exigências fundamentais da comunidade, do interesse coletivo; que as pessoas aprendam a viver nas comunidades familiares, do bairro, das cidades pequenas, rurais, das cidades maiores, das regiões metropolitanas, as comunidades nacionais, que eu considero fundamental numa perspectiva da construção da paz e da construção de valores universais, numa perspectiva de respeito ao meio ambiente que hoje tem uma dimensão universal; acho ainda muito importante a contribuição das culturas nacionais. Eu quero um mundo que construa a paz, um mundo que dialogue, globalizado no melhor sentido da palavra, que globalize sobretudo as conquistas humanas, a questão ambiental, os direitos sociais, os trabalhos de construção da paz, que respeite a diversidade e a pluralidade, mas essa riqueza universal certamente pressupõe a contribuição de cada país. Então um sonho fundamental que tenho também é que o Brasil, enquanto uma nação, possa liberar as extraordinárias potencialidades criativas do nosso povo.

**Veredas** - Sua experiência como advogado de movimentos populares foi fundamental no trabalho do atual ministro? Em que medida?

**Ministro Patrus Ananias** - Minha experiência como advogado sindical e trabalhista, de movimentos populares, associações de bairro, comunitárias, foi uma experiência fundamental do ponto de vista de conhecimento da realidade brasileira do ponto de vista dos pobres, dos trabalhadores, que é uma dimensão que me acompanha desde a infância; me fez estudar mais a realidade brasileira a partir destes movimentos, especialmente no campo do Direito do Trabalho, mas também no campo do Direito Previdenciário, Constitucional, Administrativo, e no campo dos emergentes direitos coletivos, ligados aos movimentos e comunidades mais carentes. Na minha vida, as experiências foram se integrando e foram se enriquecendo.

**Veredas** – Seguramente, você foi um dos melhores prefeitos que a centenária Belo Horizonte já teve a sorte de ter. Qual a diferença política entre ser chefe do executivo municipal de Belo Horizonte e “chefe do executivo” do combate às desigualdades sociais do país?

**Ministro Patrus Ananias** - São duas experiências que têm em comum o desafio da gestão: como transformar idéias em projetos formatados, com princípio, meio e fim, projetos que respondam às perguntas básicas: onde, como, quando, quanto, com quem (no caso de parcerias), prazos, procedi-

mentos e fazer com que estes projetos se transformem em realidade. Este é o grande desafio da gestão pública democrática, transparente mas eficaz, que trabalha com metas. Aí entra toda uma dimensão importante para quem investe no campo das políticas sociais, que é a dimensão da avaliação do impacto dos programas, do monitoramento, do acompanhamento, da rigorosa fiscalização e da focalização daqueles programas que devem ser focalizados, que não são, por força de lei, universalizados. Belo Horizonte é uma experiência mais local. É uma grande cidade, é o centro da terceira região metropolitana mais importante do país. Neste sentido foi um preparo muito grande que tivemos. O Ministério é um desafio maior porque é muito recente, foi criado em 2004 com estrutura muito frágil e muito aquém das suas necessidades; um ministério com pouco mais de 1.300 funcionários e, ao mesmo tempo, atendendo aproximadamente 60 milhões de pessoas, e com programas presentes em todos os 5.564 municípios brasileiros.

**Veredas** - Qual a relação entre direito e política?

**Ministro Patrus Ananias** - Uma relação fundamental. É uma relação que se dá na prática, o exercício da política é o exercício do direito. Temos um texto jurídico que é ao mesmo tempo jurídico e político, que é a Constituição. A partir dela, os grandes textos normativos têm a dimensão jurídica mas têm sempre a dimensão da política no sentido do desafio da construção do bem comum, a mediação de conflitos. Vivemos numa sociedade conflitiva, não apenas o velho conflito capital/trabalho, mas conflitos novos, emergentes, relacionados com a questão ambiental, cultural, o multiculturalismo, diferentes olhares, visões e concepções do mundo. Os espaços consensuais, o processamento ético-democrático racional destes conflitos pressupõe o direito, a construção de leis que efetivamente possibilitem o convívio humano em patamares e bases éticas superiores e também que possibilitem o exercício da política na perspectiva da promoção do bem comum. Vejo a política e o direito numa confluência constante, que é exatamente a construção e a consolidação do Estado Democrático de Direito e essa conciliação entre os direitos da pessoa humana, que muitas vezes se contrapõe ao Estado, porque põe limites ao Estado no sentido de assegurar os direitos das pessoas. Ao mesmo tempo, os direitos coletivos, sociais, o que pressupõe uma ação mais efetiva do Estado no sentido de promover o desenvolvimento econômico, social, implementar políticas públicas, equilibrar as relações de mercado, sempre naquela linha da frase de Lacordaire, que se aplica muito ao direito e ao Estado: “Entre o forte e o fraco, é a lei que liberta; a liberdade oprime”.

**Veredas** - Em números, o que fez o seu Ministério depois que você assumiu?

**Ministro Patrus Ananias** - Fui convidado pelo presidente Lula a assumir o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) quando ele foi criado, no início de 2004. Antes de apresentar os números do Ministério, penso que é importante chamar atenção para a iniciativa de sua criação porque dá a dimensão dos desafios que vieram junto com ele e do papel que ele ocupa na estrutura das políticas sociais deste governo. É uma pasta voltada, sobretudo, para o combate à fome e à pobreza no país, reunindo, em sua origem, três áreas até então tratadas separadamente: segurança alimentar, assistência social e transferência de renda. As duas primeiras eram ministérios específicos, e a terceira, uma secretaria especial subordinada diretamente à Presidência da República. Vale observar esse movimento de adotar um modelo integrado de políticas sociais porque isso permitiu integrar o direito à alimentação com outros direitos sociais, o que reflete uma abordagem correta do governo ao tratar o problema da fome e da miséria como uma questão estrutural, interligada a outras ações não só na área social, mas também em outras esferas do governo. É também uma organização que permitiu estruturar e viabilizar o Fome Zero como uma estratégia de governo voltada para facilitar o acesso à alimentação, especialmente para os mais pobres. Mas, sobretudo, é uma sinalização clara de que a área passa a ser tratada como prioritária dentro do governo. De lá para cá, trabalhamos para promover a ampliação e consolidação de uma ampla rede de proteção e promoção social no país, com o objetivo de trabalhar pela construção de um Estado do Bem-Estar Social. Desta rede, destacamos alguns programas, a começar pelo Bolsa Família, maior programa de transferência de renda já criado no Brasil e que está presente em 11 milhões de lares pobres, em todos os 5.564 municípios brasileiros. Somando o Bolsa Família e os programas remanescentes, de 2003 até fevereiro de 2007, o investimento em transferência de renda condicionada atingiu R\$ 24,6 bilhões. Na Agricultura Familiar, o braço importante na estratégia do governo federal é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e que prevê para a próxima safra um orçamento de R\$ 12 bilhões. Em nosso Ministério, temos um importante programa de apoio a esse segmento que é o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). Esse programa atendeu 93,8 mil produtores desde sua criação até janeiro de 2007, totalizando nesse período um investimento de R\$ 1,3 bilhão. O programa compra produtos de pequenos produtores e os distri-

bui para a população de baixa renda. A distribuição desses produtos, incluindo o leite, que é comprado na modalidade do PAA-Leite, atendeu uma população estimada em 6,5 milhões de pessoas. No Semi-Árido brasileiro, o MDS já aplicou R\$ 252,1 milhões, o que garantiu a construção de 177 mil cisternas de captação de água de chuva, que atendem 890 mil pessoas na região. No país inteiro, foram pactuados 3.248 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) em 2.625 municípios brasileiros. Os CRAS têm uma função estratégica na consolidação da ampla rede de proteção e promoção social, oferecendo potencialmente condições materiais para viabilizar nosso grande desafio de integração das políticas. Vale ressaltar como um grande avanço do governo do presidente Lula nessa área a organização do setor em sistemas, como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sob o qual os CRAS se enquadram. O SUAS é a síntese que eleva as ações da Assistência Social ao patamar de política pública normatizada e continuada e funciona estabelecendo normas e critérios objetivos, padrões de qualidade de atendimento e indicadores de avaliação e resultado. Assim como o SUAS, implantado a partir de 2005 e que ainda se encontra em processo de construção no país, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), aprovada no ano passado, prevê a implantação do Sisan (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), apontando para o fortalecimento da política em sistemas, o que permitirá um salto de qualidade com o potencial de transversalidade nas áreas e também entre as áreas. Nos grandes centros urbanos, destacamos o investimento nos Restaurantes Populares, que permitem acesso a uma alimentação barata e balanceada a milhares de pobres e trabalhadores. Para esse programa, investimos R\$ 90,3 milhões para implementação de 101 restaurantes populares, em 90 municípios brasileiros divididos em 24 Estados. Atualmente, há 23 unidades em funcionamento com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Na área de educação alimentar, conseguimos chegar a todos os estudantes do ensino fundamental da rede pública do país, com cartilhas que ensinam, de maneira didática e divertida, como se alimentar corretamente. Esse programa foi feito em parceria com a Fundação Roberto Marinho e distribuímos 92 milhões de cartilhas e 1,4 milhão de cadernos do professor. Além disso, mais 3 milhões de exemplares de revistas educativas foram doadas ao Fome Zero para distribuição a entidades que desenvolvem ações de segurança alimentar e nutricional. Com o Senai, desenvolvemos também o programa Cozinha Brasil, que são caminhões equipados com cozinhas didáticas, com profissionais treinados para oferecer curso de aproveitamento de alimentos e

alimentação adequada. Eles estão em todos os Estados e no Distrito Federal, cumprindo um importante papel disseminador de informações sobre segurança alimentar e nutricional. Esses são os maiores programas, não só em termos de visibilidade e investimento. Os demais envolvem distribuição de alimentos a populações excluídas, bancos de alimentos, agricultura urbana, distribuição de vitamina A e de ferro, monitoramento da nutrição e saúde, estímulo à economia solidária para geração de trabalho e renda, qualificação social e profissional. Ao mesmo tempo que investimos na ampliação das políticas sociais, estamos trabalhando no sentido de aumentar também os mecanismos de avaliação, controle e monitoramento de nossas políticas, com investimentos em pesquisas para geração de indicadores que possam medir os impactos de nossas ações junto aos beneficiários. O Cadastro Único, em função do aperfeiçoamento pelo qual tem passado, é hoje uma referência fundamental para planejamento de qualquer política pública social, com reconhecimento dos especialistas na área. Ricardo Paes de Barros, pesquisador do Ipea, por exemplo, o apontou como o principal mapa da pobreza no Brasil. Estamos investindo no seu aperfeiçoamento e, em 2006, criamos o Índice de Gestão Descentralizada (IGD). Repassamos, em 2006, R\$ 174 milhões aos municípios como apoio para incrementar o processo de fiscalização e atualização do cadastro e de acompanhamento das condicionalidades.

**Veredas** - Você já teve oportunidade de nos dizer, salvo engano em solenidade da ESDHC, no TJMG, que *“quando há fome é necessário que o Estado seja assistencialista, sim”*. O atual governo federal reduziu em muito o número de miseráveis – aqueles que ganham menos de três reais por dia –, mas ainda falta muito para sermos um país de “miseráveis zero”?

**Ministro Patrus Ananias** - Parafraseando Alfredo Bosi, talvez não seja esforço vão começar por recuperar o sentido das palavras. Embora tenha prevalecido no vocabulário político do país, por uso corrente, a acepção pejorativa de “assistencialista” que a relaciona a “populismo assistencial”, nos termos do dicionário organizado por Houaiss, o mesmo dicionário nos recupera a acepção original da palavra: “doutrina, sistema ou prática (individual, grupal, estatal, social) que preconiza e/ou organiza e presta assistência a membros carentes ou necessitados de uma comunidade, nacional ou mesmo internacional, em detrimento de uma política que os tire da condição de carentes e necessitados”. A Constituição de 1988 confere a devida acepção à assistência social, elevando-a ao patamar das políticas públicas e colocando-a, junto com a Saúde e com a Previdência Social, como prevê o artigo 194,

na construção – ainda em curso – da Seguridade Social. Incluir a assistência social no rol de direitos é significativo, pois oferece as bases legais para que o tema não fique mais à mercê de voluntarismos nem de assistencialismos, na acepção negativa corrente. O artigo 203 é claro: “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade” e dentre os objetivos está “a proteção à família, à maternidade, à infância e à velhice”. Na condição de direitos resguardados por lei, que as regulamentam, as políticas de assistência perdem a dimensão negativa e deixam de ser utilizadas como moeda de troca político-eleitoral. Nossos programas, que constituem a rede de proteção e promoção social que estamos implantando e consolidando no Brasil, têm surtido efeito na redução da pobreza. Segundo estudo do Ipea sobre as edições de 2004 e 2005 da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD), foram aproximadamente 7 milhões de pessoas que, de 2003 para cá, deixaram a linha da pobreza extrema. Ainda são pobres e ainda necessitam do apoio do Estado, mas deixaram uma condição de indigência e alcançaram um patamar de vida mais digno. Nossa dívida social é grande e perpassa toda a nossa história, desde as capitânicas hereditárias, passando pelo duro e longo período da escravidão e a ausência de reforma agrária ao longo dos séculos XIX e XX. A questão social só começa a fazer parte da agenda política brasileira tardiamente, a partir da década de 1930, e com mais ênfase e com caráter universal com a Constituição de 1988. Tudo isso nos remete a um desafio complexo, com ações a médio e longo prazos. Estamos no caminho, como mostram os resultados das pesquisas que indicam os impactos de nossas políticas, como a redução do número da pobreza extrema. Mas também sabemos que a estrada é extensa, longa. Além dos milhões que permanecem na miséria, ainda continua nosso desafio de garantir oportunidades iguais para desenvolver seus talentos e capacidades.

**Veredas** - Na economia, já alcançamos um grau de excelência invejável, ainda que a direita insista em tergiversar sobre esta questão. Quando deixaremos de ser um país com tanta desigualdade social?

**Ministro Patrus Ananias** – Estamos evoluindo muito; talvez não no ritmo que precisamos e queremos. Mas quem conhece e estuda a história do Brasil percebe claramente que estamos avançando. O Brasil entrou no século XX como um país marginal e, do ponto de vista social, muito atrasado. Havíamos abolido tardiamente a escravidão e não tomamos nenhuma medida social concreta para incorporar na vida nacional os direitos e deveres da cidadania.

nia, os nossos antepassados escravos. A questão social era vista como uma questão de polícia. Efetivamente, o Brasil entra no século XX, com todas as contradições, em 1930. A primeira Constituição que trata das questões sociais, a primeira Constituição que incorpora os grandes temas do estado do bem-estar é a de 1934. No período de Getúlio, em que pese o problema do autoritarismo e do Estado Novo, o fato é que o Brasil incorpora a questão social, mas numa perspectiva dos trabalhadores urbanos. Não incorpora os trabalhadores rurais, que só vieram a ser incorporados muito posteriormente, já nos anos 60, e também não inclui os trabalhadores da economia informal, as pessoas desempregadas, os mais vulneráveis, os pobres, os excluídos. Só com a Constituição de 1988, depois daquele período tão importante da história do Brasil, que precisamos preservar e manter vivo nas nossas memórias, que foi o processo Constituinte, em 1987 e 1988. A Constituição de 1988 incorpora a questão dos pobres e excluídos, colocando no campo das políticas públicas a assistência social, vinculando-a à saúde e à previdência social na perspectiva de uma verdadeira política de seguridade social que ainda estamos construindo; determina uma atenção especial com os mais vulneráveis, crianças e adolescentes pobres; a questão das famílias vista de uma perspectiva mais ampla e num contexto mais moderno; comunidades e populações tradicionais, os indígenas, quilombolas; a questão dos idosos e portadores de deficiência, a Constituição de 1988 se desdobra em leis importantes, leis civilizatórias como o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica da Assistência Social e depois grandes conquistas no governo do presidente Lula, o avanço dessas leis, a implantação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), a aprovação da lei que instituiu o Bolsa Família no contexto desta rede de proteção e promoção social, a integração das políticas de assistência social, de segurança alimentar, de transferência de renda no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, dando um passo importante na perspectiva das ações integradas e intersetoriais. Precisamos avançar cada vez mais no sentido de promovermos o verdadeiro desenvolvimento social que só se dá através da integração mais ampla das políticas sociais e destas com as questões ambientais e o desenvolvimento econômico. Penso que duas questões são importantes no Brasil para termos uma conquista definitiva: continuar consolidando, ampliando, aperfeiçoando e incorporando novos paradigmas às políticas sociais que estamos desenvolvendo no governo Lula, que eu considero um marco histórico importante. Temos o desafio da intersetorialidade, uma integração maior entre as políticas, preservando a identidade de cada uma mas integrando cada vez mais as

políticas de assistência social com a segurança alimentar e nutricional, o direito à alimentação, transferência de renda com políticas de educação, saúde, trabalho, políticas de desenvolvimento local e regional, de capacitação profissional, de microcrédito, de expansão das possibilidades da economia solidária, da inclusão produtiva, a expansão da agricultura familiar, o Pronaf com seus recursos significativamente ampliados. Precisamos avançar no Brasil na perspectiva de criar uma consciência mais forte em relação ao princípio da função social da propriedade e do lucro, considerando o direito à propriedade como uma conquista, sem uma visão estatizante, mas sempre reafirmando o papel fundamental do Estado. Precisamos adequar o direito de propriedade e o lucro às exigências superiores do direito à vida e da dignidade humana, do bem comum nacional, do interesse público e da justiça social. Um ponto fundamental nesta linha de uma consciência social mais forte é a consciência de interdependência – nós estamos no mesmo barco, ninguém se salva sozinho. Temos que considerar o contexto de um processo civilizatório no qual a humanidade está cada vez mais próxima hoje pelos desafios que se colocam ao próprio planeta na questão ambiental, por exemplo, mas temos que ter sempre muito claro também a dimensão do projeto nacional. Acho ainda importante trabalhar na perspectiva de uma melhor distribuição da renda, ou seja, realizarmos de uma forma democrática, mas dentro do princípio da função social da propriedade e das exigências do bem comum, reformas fundamentais como a reforma agrária e a reforma urbana.

**Veredas** - Você sempre foi um político marcado pela ética, como traço fundamental. Por que temos enfrentado tantas turbulências?

**Ministro Patrus Ananias** - Fico feliz quando as pessoas colocam a minha postura ética. Costumo dizer: aquece o coração e aumenta a responsabilidade no sentido de que a gente fica com esse dever moral de corresponder às minhas próprias expectativas e às expectativas de tantas pessoas boas, generosas, comprometidas também com o projeto mais amplo de construção do bem coletivo. Sempre coloco que, para nós enfrentarmos a questão ética no Brasil, é claro, não podemos ter nenhuma complacência com a corrupção, com o desvio do dinheiro público, combater rigorosamente todas as formas de fraude, de enriquecimento ilícito, criar uma consciência de que os bens públicos são sagrados porque pertencem a todos e principalmente são destinados à melhoria de vida dos pobres. Mas penso que essa visão, para não cair numa visão mais estreita, tem que resgatar a dimensão histórica no Brasil, que é a relação sempre muito promíscua entre o público e o privado.

Começa com as capitanias hereditárias. O país foi dividido em 15 grandes áreas, entregue a 12 donatários, que tinham poderes públicos de vida e morte e benefícios privados. Na esteira das capitanias hereditárias temos as sesmarias, o coronelismo, o mandonismo local, pequenos estados dentro do Estado; o Estado a serviço de interesses privados, particulares, corporativos. O grande desafio que estamos enfrentando e avançando é a desprivatização do Estado brasileiro, em todos os níveis, municipal, estadual e nacional, fazer com que o Estado esteja cada vez mais a serviço do bem comum, do interesse da sociedade e da maioria que são os pobres, os trabalhadores, os assalariados, a classe média, os pequenos e médios produtores e empreendedores, sem discriminar ninguém, mas esta é a opção fundamental: priorizar os recursos públicos para promover a vida e o desenvolvimento com equidade e justiça social.

**Veredas** - Como professor de direito e conhecendo a realidade sociopolítica e cultural do Brasil, qual a sua percepção sobre os desafios e exigências para uma formação jurídica que promova a cidadania e a justiça?

**Ministro Patrus Ananias** - Eu dizia sempre para meus alunos nos meus tempos de professor – que eu espero que volte – que, teoricamente, o direito mais protegido é o direito à vida. É o elemento coesionador de uma sociedade civilizada que se pretenda minimamente razoável. Na prática, o direito mais protegido é a propriedade. O grande desafio do ponto de vista do Estado Democrático de Direito, de um ordenamento jurídico comprometido com os grandes ideais de emancipação do nosso povo e que dizem respeito à própria humanidade, é construir uma ordem jurídica que faça efetivamente da vida humana, na sua dimensão individual mas também a vida inserida na sua dimensão familiar e comunitária, o bem maior da sociedade. O direito à vida não pode ser uma abstração. O direito à vida é o direito à alimentação com regularidade, qualidade e quantidade, é o direito à moradia, à água potável, ao saneamento básico, aos espaços públicos, à cidadania, ao trabalho numa perspectiva emancipatória e libertadora; à educação, ao conhecimento, ao saber, à sabedoria, ao conhecimento de si mesma e da realidade em que a pessoa está inserida, a perspectiva de educação que torne a pessoa sujeito de sua própria história e da história da sua comunidade e de seu país; direito aos cuidados preventivos e curativos com a saúde, enfim, este conjunto de direitos que possibilitam o desenvolvimento da pessoa no contexto da família e da comunidade.